

CLAUDE LÉVI-STRAUSS

# A antropologia diante dos problemas do mundo moderno

*Apresentação*

Maurice Olender

*Tradução*

Rosa Freire d'Aguiar



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2011 by Éditions du Seuil  
Coleção La Librairie du XXI<sup>e</sup> Siècle, sob a direção de Maurice Olender.

*O editor Maurice Olender agradece a Monique Lévi-Strauss, que acompanhou com idêntica atenção e generosidade cada etapa da publicação deste volume.  
Os títulos dos três capítulos deste livro são de Claude Lévi-Strauss; os intertítulos são do editor.*

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Título original*

L'Anthropologie face aux problèmes du monde moderne

*Capa*

Victor Burton

*Preparação*

Maria Fernanda Alvares

*Revisão*

Carmen T. S. Costa

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Lévi-Strauss, Claude, 1908-2009.

A antropologia diante dos problemas do mundo moderno /  
Claude Lévi-Strauss ; apresentação Maurice Olender ; tradução Rosa  
Freire d'Aguiar. — 1<sup>a</sup> ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Título original: L'Anthropologie face aux problèmes du monde  
moderne

ISBN 978-85-359-2140-3

1. Antropologia 2. Japão — Civilização I. Olender, Maurice.  
II. Título.

---

12-07398

CDD-301

Índice para catálogo sistemático:

1. Antropologia 301

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

# Sumário

## *Apresentação, 7*

1. O fim da supremacia cultural do Ocidente, 9
  - Aprender com os outros, 9
  - Fatos singulares e estranhos, 12
  - Um denominador comum, 18
  - “Autenticidade” e “inautenticidade”, 23
  - “Na perspectiva ocidental que é a minha”, 28
  - Um “optimum de diversidade”, 34
  
2. Três grandes problemas contemporâneos: a sexualidade, o desenvolvimento econômico e o pensamento mítico, 39
  - Genitor, emprestadora de útero e filiação social, 40
  - Procriação artificial: mulheres virgens e casais homossexuais, 44
  - Do sílex da pré-história à cadeia industrial moderna, 49
  - Caráter ambíguo da “natureza”, 54
  - “Nossas sociedades são feitas para mudar”, 57

Que afinidades entre pensamento científico, histórico e mítico?, 62

3. Reconhecimento da diversidade cultural: o que nos ensina a civilização japonesa, 69
  - Antropólogos e geneticistas, 69
  - “Raça” — um termo impróprio, 74
  - O escândalo da diversidade, 79
  - “A arte do imperfeito”, 84
  - Relativismo cultural e julgamento moral, 89

# 1. O fim da supremacia cultural do Ocidente

Minhas primeiras palavras serão para agradecer à Fundação Ishizaka pela imensa honra que me faz confiando-me este ano conferências ilustradas desde 1977 por tantas eminentes personalidades. Agradeço-lhe igualmente por ter me proposto como tema a maneira como a antropologia — disciplina a que dediquei minha vida — encara os problemas fundamentais com os quais é confrontada a humanidade de hoje.

Começarei por lhes dizer como a antropologia formula esses problemas na perspectiva peculiar que é a sua. Tentarei em seguida definir o que é a antropologia e mostrar como ela lança sobre os problemas do mundo contemporâneo um olhar original, sem pretender resolvê-los sozinha, mas na esperança de melhor compreendê-los.

## APRENDER COM OS OUTROS

Há cerca de dois séculos, a civilização ocidental definiu a si mesma como a civilização do progresso. Irmanadas no mesmo

ideal, outras civilizações acreditaram dever tomá-la como modelo. Todas partilharam a convicção de que a ciência e as técnicas avançariam sem cessar, proporcionando aos homens mais poder e felicidade; que as instituições políticas, as formas de organização social surgidas no final do século XVIII na França e nos Estados Unidos, e a filosofia que as inspirava, dariam a todos os membros de cada sociedade mais liberdade na conduta de suas vidas pessoais e mais responsabilidade na gestão dos negócios comuns; que o julgamento moral, a sensibilidade estética, em suma, o amor ao verdadeiro, ao bom e ao belo se propagariam por um movimento irresistível e ganhariam o conjunto da terra habitada.

Os acontecimentos de que o mundo foi palco durante o presente século desmentiram essas previsões otimistas. Ideologias totalitárias se espalharam e, em várias regiões do mundo, continuam a se espalhar. Os homens foram exterminados às dezenas de milhões, entregaram-se a terríveis genocídios. Mesmo uma vez restabelecida a paz, não lhes aparece mais como certo que a ciência e a técnica tragam apenas benefícios, nem que os princípios filosóficos, as instituições políticas e as formas de vida social nascidas no século XVIII constituam soluções definitivas para os grandes problemas postos pela condição humana.

As ciências e as técnicas estenderam prodigiosamente nosso conhecimento do mundo físico e biológico. Deram-nos um poder sobre a natureza que ninguém poderia suspeitar há apenas um século. Começamos, porém, a calcular o preço que foi preciso pagar para obtê-lo. De modo crescente, apresenta-se a questão de saber se essas conquistas não tiveram efeitos deletérios. Elas puseram meios de destruição maciços à disposição dos homens, e, conquanto inutilizados, apenas por sua presença esses meios ameaçam a sobrevivência de nossa espécie. De modo mais insidioso, porém real, essa sobrevivência também é ameaçada pela

rarefação ou pela poluição dos bens mais essenciais: o espaço, o ar, a água, a riqueza e a diversidade dos recursos naturais.

Graças, em parte, aos progressos da medicina, o número de seres humanos não parou de crescer, a tal ponto que, em várias regiões do mundo, já não se chega a satisfazer as necessidades elementares de populações sujeitas à fome. Em outros lugares, nas regiões capazes de garantir sua subsistência, ainda assim se manifesta um desequilíbrio pelo fato de que, para dar trabalho a indivíduos cada vez mais numerosos, é necessário produzir cada vez mais. Sentimo-nos, assim, arrastados numa corrida sem fim rumo a uma produtividade maior. A produção apela ao consumo, que, por sua vez, exige ainda mais produção. Frações cada vez maiores de população são como que aspiradas pelas necessidades diretas ou indiretas da indústria. Vão se concentrar em enormes aglomerações urbanas que lhes impõem uma existência artificial e desumanizada. O funcionamento das instituições democráticas, as necessidades de proteção social provocam, por sua vez, a criação de uma burocracia invasora que tende a parasitar e a paralisar o corpo social. Chegamos a nos perguntar se as sociedades modernas construídas sobre esse modelo não se arriscam a, em breve, se tornar ingovernáveis.

Por muito tempo um ato de fé, a crença em um progresso material e moral votado a jamais se interromper sofre, assim, sua crise mais grave. A civilização de tipo ocidental perdeu o modelo que dera a si mesma, já não ousa oferecer esse modelo às outras. Portanto, não convém olhar para outros lugares, alargar os quadros tradicionais em que se fechavam nossas reflexões sobre a condição humana? Não devemos aí integrar experiências sociais mais variadas e mais diferentes das nossas, além dessas em cujo horizonte estreito por muito tempo nos confinamos? Posto que a civilização de tipo ocidental não encontra mais em seu próprio fundo com o que se regenerar e tomar novo impulso, pode ela aprender alguma

coisa sobre o homem em geral, e sobre si mesma em particular, nessas sociedades humildes e por muito tempo desprezadas, que até época relativamente recente haviam escapado à sua influência? Essas são as perguntas que há algumas dezenas de anos se fazem os pensadores, eruditos ou homens de ação, e que os incitam — já que as outras ciências sociais, mais centradas no mundo contemporâneo, não lhes fornecem resposta — a interrogar a antropologia. O que é, então, essa disciplina que por muito tempo permaneceu na sombra, e sobre a qual se percebe que ela tem talvez alguma coisa a dizer sobre esses problemas?

#### FATOS SINGULARES E ESTRANHOS

Tão longe quanto se procuram exemplos no tempo e no espaço, a vida e a atividade do homem inscrevem-se em quadros que oferecem caracteres comuns. Sempre e em todo lugar, o homem é um ser dotado da linguagem articulada. Ele vive em sociedade. A reprodução da espécie não está abandonada ao acaso, mas está sujeita a regras que excluem um certo número de uniões biologicamente viáveis. O homem fabrica e utiliza ferramentas, que ele emprega em técnicas variadas. Sua vida social se exerce em conjuntos institucionais cujo conteúdo pode mudar de um grupo a outro, mas cuja forma geral permanece constante. Por procedimentos diferentes, certas funções — econômica, educativa, política, religiosa — são regularmente garantidas.

Entendida em seu sentido mais amplo, a antropologia é a disciplina que se dedica ao estudo desse “fenômeno humano”. Sem dúvida, este faz parte do conjunto de fenômenos naturais. No entanto, apresenta, em relação às outras formas da vida animal, caracteres constantes e específicos que justificam que seja estudado de modo independente.

Nesse sentido, pode-se dizer que a antropologia é tão velha quanto a própria humanidade. Nas épocas sobre as quais possuímos testemunhos históricos, preocupações de um gênero a que chamaríamos hoje de antropológico são manifestas nos memorialistas que acompanharam Alexandre, o Grande, na Ásia, bem como em Xenofonte, Heródoto, Pausânias e — de um ângulo mais filosófico — também em Aristóteles e em Lucrecio.

No mundo árabe, Ibn Batuta, grande viajante, e Ibn Khaldun, historiador e filósofo, testemunham no século XVI um espírito autenticamente antropológico, assim como, vários séculos antes, os monges budistas chineses que foram à Índia para se documentar sobre a religião deles, e os monges japoneses que, com o mesmo objetivo, visitaram a China.

Nessa época, as trocas entre o Japão e a China se faziam sobretudo por intermédio da Coreia e, neste país, a curiosidade antropológica é atestada desde o século VII de nossa era. O meio-irmão do rei Munmu, dizem as antigas crônicas, só aceitou se tornar primeiro-ministro com a condição de, primeiro, viajar incógnito pelo reino para observar a vida popular. Pode-se ver aí uma primeira pesquisa etnográfica, embora, a bem da verdade, os etnógrafos de hoje não costumem receber do anfitrião indígena que os acolhe, como esse dignitário coreano, uma encantadora concubina para partilhar seu leito! Sempre nas crônicas coreanas, está dito que o filho de um certo monge que escrevia livros sobre os costumes populares da China e de Sila foi, por essa razão, posto entre os dez grandes sábios desse reino.

Na Idade Média, a Europa descobre o Oriente, primeiro por ocasião das cruzadas, depois pelos relatos de emissários enviados no século XIII junto aos mongóis pelo papa e pelo rei da França; e, sobretudo, no século XIV, graças à longa temporada de Marco Polo na China. No início do Renascimento, começam-se a distinguir as fontes muito diversas das quais, daí em diante, decor-

rerá a reflexão antropológica, como, por exemplo, a literatura suscitada pelas invasões turcas na Europa oriental e no Mediterrâneo; as fantasias do folclore medieval prolongam as da Antiguidade sobre as “raças plinianas”, assim chamadas porque condescendentemente descritas no século I de nossa era por Plínio, o Velho, em sua *História natural*: povos selvagens monstruosos pela anatomia e pelos costumes. O Japão não ignorou tais imaginações, e decerto porque o país se isolava voluntariamente do resto do mundo elas ali sobreviveram mais tempo no espírito popular. Durante minha primeira temporada no Japão, recebi de presente uma enciclopédia publicada em 1789, intitulada *Zôho Kunmo Zui*. Na parte geográfica, consideram-se reais os povos exóticos gigantes, ou dotados de braços e pernas desmesuradamente longos...

Na mesma época, a Europa, mais bem informada, acumulava os conhecimentos positivos que, desde o século XVI, começavam a afluir da África, da América e da Oceania por ocasião das grandes descobertas. Muito depressa as compilações desses relatos de viagem viraram na Alemanha, na Suíça, na Inglaterra e na França uma moda prodigiosa. Essa enorme literatura de viagem alimentará a reflexão antropológica que se inicia na França com Rabelais e Montaigne e que ganha toda a Europa a partir do século XVIII.

Nela se encontra, aliás, o eco do Japão nas viagens apresentadas como imaginárias, por falta de conhecimento direto dos países distantes. Tal como a viagem fictícia de Oe Bunpa ao país de Harashirya, palavra atrás da qual se reconhece o Brasil, habitado por indígenas “que ignoram a cultura dos cereais, se alimentam de raízes secas, não têm rei e só têm como nobres os mais hábeis em atirar com o arco”. É, com pouca diferença, o que dois séculos antes relatava Montaigne depois de ter conversado com índios brasileiros levados para a França por um navegador.

Mesmo se datarmos do século XIX o início da pesquisa antropológica tal como é praticada hoje, ela teve como primeira motivação o que se poderia chamar de curiosidade de antiquário. Observava-se que as grandes disciplinas clássicas — história, arqueologia, filologia, ciências que gozavam plenamente do direito de existir nos currículos universitários — esqueciam atrás de si toda espécie de resíduos, de detritos. Um pouco como trapeiros, curiosos empreendiam recolher esses fiapos de conhecimentos, esses fragmentos de problemas, esses detalhes pitorescos que as outras ciências rejeitavam desdenhosamente em suas latas de lixo intelectuais.

No início, a antropologia não foi decerto nada além do que essa coleta de fatos singulares e estranhos. E no entanto descobria-se pouco a pouco que esses detritos, esses resíduos eram mais importantes do que se pensava. A razão é fácil de entender.

O que impressiona o homem no espetáculo dos outros homens são os pontos em que se assemelham. Historiadores, arqueólogos, filósofos, moralistas, literatos pediram primeiro aos povos recém-descobertos uma confirmação de suas próprias crenças sobre o passado da humanidade. Isso explica porque, durante os grandes descobrimentos do Renascimento, os relatos dos primeiros viajantes não tenham causado surpresa: acreditava-se menos em descobrir novos mundos que encontrar o passado do mundo antigo. Os gêneros de vida dos povos selvagens demonstravam que a Bíblia, os autores gregos e latinos diziam a verdade ao descrever o jardim do Éden, a Idade de Ouro, a Fonte da Juventude, a Atlântida ou as Ilhas Afortunadas...

Todos negligenciavam, e até mesmo se recusavam a ver, as diferenças que, porém, são essenciais desde que se trata de estudar o homem. Pois, como devia dizer mais tarde Jean-Jacques Rousseau, “é preciso primeiro observar as diferenças para descobrir as propriedades”.

Ia-se também fazer outra descoberta: essas singularidades, essas estranhezas se ordenavam entre si de modo muito mais coerente que os fenômenos considerados como os únicos importantes sobre os quais se havia fixado a atenção. Fatos negligenciados ou apenas estudados, tal como a maneira de sociedades diferentes partilharem o trabalho entre os sexos — em determinada sociedade, são os homens ou as mulheres que se dedicam à cerâmica, à tecelagem, ou que cultivam a terra? —, permitem comparar e classificar as sociedades humanas a partir de bases muito mais sólidas do que antes se conseguia fazer.

Citei a divisão do trabalho; poderia falar também das regras de residência. Quando ocorre um casamento, onde vão morar os jovens recém-casados? Com os parentes do marido? Com os da mulher? Ou instalam uma residência independente?

Da mesma maneira, as regras da filiação e do casamento, por muito tempo deixadas de lado, de tal forma pareciam caprichosas e destituídas de sentido. Por que um grande número de povos do mundo diferencia os primos em duas categorias, dependendo se são oriundos seja de dois irmãos ou de duas irmãs, seja de um irmão e de uma irmã? Por que, nesse caso, condenam o casamento entre primos do primeiro tipo e o preconizam, e até o impõem, entre primos do segundo tipo? E por que o mundo árabe, praticamente o único, é exceção a essa regra?

Também, da mesma forma, as proibições alimentares, que fazem com que, mundo afora, não haja povo que não procure afirmar sua originalidade proscrevendo esta ou aquela categoria de alimentos: o leite na China, o porco para os judeus e os muçulmanos, o peixe para certas tribos americanas, a carne de cervídeos para outras, e assim por diante.

Todas essas singularidades constituem outras tantas diferenças entre os povos. No entanto, essas diferenças são comparáveis na medida em que não existe praticamente povo em que

não seja possível observá-las. Daí o interesse que têm os antropólogos pelas variações aparentemente fúteis mas que permitem estabelecer classificações relativamente simples, introduzindo na diversidade das sociedades humanas uma ordem comparável àquela que os zoólogos e os botânicos utilizam para classificar as espécies naturais.

A esse respeito, as pesquisas mais eficazes foram aquelas referentes às regras da filiação e do casamento. De fato, as sociedades estudadas pelos antropólogos podem ter efetivos muito variáveis, indo de algumas dezenas de pessoas a diversas centenas ou vários milhares. Todavia, comparadas às nossas, essas sociedades têm dimensões muito reduzidas, de sorte que as relações humanas aí oferecem um caráter pessoal. Nada o mostra melhor do que a tendência das sociedades sem escrita a conceberem as relações entre seus membros a partir do modelo do parentesco: ali todos são irmão, irmã, primo, prima, tio, tia etc. de todos. E quem não é parente, é um estrangeiro, portanto, um inimigo potencial. Nem sequer é necessário retrair as genealogias: em muitas dessas sociedades, regras simples permitem atribuir cada indivíduo, pelo fato de seu nascimento, a esta ou àquela categoria entre as quais prevalecem relações equivalentes a laços de parentesco.

Ora, não existem sociedades, por mais humilde que seja seu nível técnico e econômico, e por mais diferentes que sejam por seus costumes sociais e suas crenças religiosas, que não possuam uma nomenclatura de parentesco e de regras de casamento que distingam os indivíduos aparentados entre cônjuges permitidos e cônjuges proibidos. Portanto, tem-se aí um primeiro meio de distinguir as sociedades umas das outras e dar a cada uma seu lugar numa tipologia.